### EDITAL Nº 034/2022

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022

Fábio Persch, Prefeito Municipal de Bom Princípio/RS, torna público, para conhecimento dos interessados, que no Centro Administrativo do Município de Bom Princípio/RS, sito a Avenida Guilherme Winter, 65, encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no dia **12 de abril de 2022, às 9 horas.**

**01- DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

O objeto do presente edital é a contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software e assessoramento técnico especializado para gerenciamento do índice de participação dos Municípios na arrecadação de ICMS, conforme Termo de Referência (Anexo VI), e seguintes descrições:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Un | Quant. | Descrição | Valor Unitário referência mensal | Valor referência anual |
| 1  | Mês | 12 meses | Contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software para Gerenciamento do Índice de Participação dos Municípios (IPM) na Arrecadação do ICMS, juntamente com suporte técnico, manutenção, implantação e parametrização do sistema e assessoria à distância, bem como controle e cruzamento das informações disponibilizadas pela Receita Estadual, Receita Federal do Brasil e outros convênios que o Município venha firmar com órgãos Estaduais e Federais, que operem em ambiente web, incluindo os serviços de implantação, instalação, configuração, customização, integração, treinamento e manutenção mediante execução das atividades e demais características e especificações técnicas. | R$ 3.411,86 | R$ 40.942,32 |

**02 – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução deste edital correrão a conta das seguintes dotações do orçamento vigente:

3 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1 - ADMINISTRACAO GERAL

04.129.0003.2239 Administração Tributária

3.3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (381)

3.3.3.90.40.00.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ (382)

RECURSO: 1 LIVRE

**03 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

3.1 - O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado nos moldes do anexo I deste Edital, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

3.2 - Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa, o qual deverá estar munido de cédula de identidade ou outro documento equivalente.

3.3 - O documento para credenciamento (anexo I), juntamente a declaração que cumpre os requisitos de habilitação do edital (anexo V) deverão ser apresentados fora dos envelopes 01 e 02.

3.4 - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório à presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes a presente licitação.

3.5 - A empresa que desejar utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147 de 2014 deverá apresentar declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.

3.6 – Os documentos constantes do item 3 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial.

**04 - DA PROPOSTA DE PREÇO**

4.1 - A proposta de preços deverá ter a identificação da empresa, em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre, contendo, na parte externa e frontal, a indicação do envelope nº 1, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022**

MUNICÍPIO DE BOM PRINCIPIO/RS

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

4.2 - Na Proposta de Preços deverá constar:

4.2.1 - Declaração expressa de prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura do Envelope nº 01 - Proposta de Preços, conforme art. 6º Lei nº 10.520/2002;

4.2.2 – Preço unitário por mês, e preço global de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, sendo os valores em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R$), com duas casas decimais, considerando as condições deste edital;

4.3 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

4.4 - A apresentação da(s) proposta(s) implicará a plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4.5 - Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes.

4.6 - Todos os insumos que compõem o preço, tais como materiais, aparelhos, equipamentos, veículos, assim como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta da proponente.

4.7 - Os preços cotados são fixos, podendo ser reajustados apenas após o período de um ano de contrato, com variação pelo IPCA.

**05 - DA HABILITAÇÃO**

5.1 - Para habilitação, deverá a empresa vencedora apresentar, no envelope nº 02 - Documentos de Habilitação, os documentos discriminados no item 5.2, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por servidor desta administração. No caso de apresentação de cópia autenticada, a proponente obriga-se a fornecer ao pregoeiro os originais correspondentes em qualquer momento que lhe for solicitado.

5.1.1 - Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Município.

5.1.2 - Os proponentes interessados na autenticação das cópias por servidor do município deverão se dirigir ao setor de licitações no mínimo, 30 minutos antes do início da sessão de abertura da licitação para proceder a autenticação.

5.1.3 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

5.1.4 - Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do envelope nº 02 na face externa, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022**

MUNICÍPIO DE BOM PRINCIPIO/RS

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

**5.2** - Os proponentes deverão apresentar os documentos a seguir, em (01) uma via:

**5.2.1 - Habilitação Jurídica:**

a) Registro comercial no caso de empresa individual;

b)Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus diretores, no caso de sociedade por ações;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**5.2.2 - Regularidade Fiscal:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade;

c) Certidão Conjunta Negativa de Dívida Ativa com a União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

d) Certidão Negativa de débitos Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho.

**5.2.3 - Qualificação Econômico-Financeira:**

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício (2020 ou 2021), já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, registrado na Junta Comercial, devidamente assinado pelo responsável técnico e diretor da empresa, com a apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, sendo que o Licitante deverá apresentar planilha, consubstanciado nestes documentos, atendendo aos seguintes indicadores para verificação da situação financeira da empresa:

Índice de Liquidez Geral (LG) = igual ou maior que 1,00

Índice de Liquidez Corrente – (LC) = igual ou maior que 1,00

Índice de Solvência Geral – (SG) = igual ou maior que 1,00

b) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Fiscal, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a sessenta (60) dias, contados da data do cadastro.

**5.2.4 – Capacidade Técnica:**

a) – Comprovação de aptidão/qualidade na prestação dos serviços, por meio de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de Direito Público e/ou Privado, em papel timbrado do respectivo órgão público e com a clara identificação do declarante, para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos referentes ao objeto da presente licitação, comprovando a boa qualidade na prestação dos serviços de implantação, suporte e treinamento do software em questão;

b) - Comprovação de aptidão/qualidade do produto ofertado, por meio de, no mínimo, 01

(um) Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante ou da fabricante/desenvolvedora do software, emitido por pessoa jurídica de Direito Público e/ou Privado, em papel timbrado do respectivo órgão público e com a clara identificação do declarante, comprovando a boa qualidade do software fornecido, com as quantidades e características similares ao objeto da licitação;

**5.2.5 –** **Declarações**

a) Cumprimento do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, por meio de declaração da proponente de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

b) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação.

c) Declaração de que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

5.3 - Todos os documentos constantes dos itens 5.2.1 a 5.2.5, deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou funcionário do Município, ou publicação na imprensa local.

5.4 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

5.5 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender ao item 5.2.2, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

5.6 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

5.7- Ocorrendo a situação prevista no item 5.5, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

5.8 - O benefício de que trata o item 5.5 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

5.9 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 5.5, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 9 deste Edital.

5.10 - O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

5.11 - Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.

5.12- O Pregoeiro poderá, em qualquer fase do processo licitatório, realizar diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo, neste caso, vedada a inclusão e/ou substituição do documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

5.13- Caso algum dos documentos fiscais ou trabalhistas obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.14- Os documentos apresentados no credenciamento e ora exigidos ficam dispensados de reapresentação.

5.15- A apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos no presente edital são de caráter obrigatório e o seu descumprimento ensejará a inabilitação automática da licitante.

5.16 - Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, e assim sucessivamente, cabendo ao pregoeiro a análise das propostas que atendam ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

5.17 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

**06 – DA PROVA DE CONCEITO**

6.1. Após verificação dos documentos de habilitação da empresa classificada provisoriamente como 1ª colocada, o certame ficará **suspenso**, devendo ser agendada a Prova de Conceito (PRESENCIAL) no prazo de até 5 (cinco) dias uteis, ficando desde já assegurada a presença e participação das demais licitantes que estarão impedidas de se manifestar durante a apresentação.

6.1.1 A prova de conceito é obrigatória e, em caso de descumprimento, resultará em desclassificação no presente certame.

6.1.2 É condição que a licitante efetue a comprovação na totalidade dos requisitos constantes na planilha de aderência técnica, (Anexo VII), sob pena de desclassificação.

6.2. A Prova de Conceito é a demonstração prática dos requisitos constantes na Planilha de Aderência Técnica (Anexo VII), permitindo que seja feita a materialização da descrição do objeto ofertado pela licitante. A referida prova permitirá a averiguação das funcionalidades e características do produto sob o plano de sai sua real compatibilidade com o objeto licitado, não se resumindo a apenas ver no papel (mera descrição documental, abstrata). É a demonstração prática dos requisitos constante na tabela de itens da ‘Planilha de Aderência Técnica’, permitindo que seja feita a materialização da descrição do objeto ofertado pelo licitante.

6.3 - A demonstração será aberta ao público, com data e horário previamente divulgados no site do Município de Bom Princípio, portal de licitações.

6.4 - A ‘Prova de Conceito’ consistirá em demonstrações que seguirão a ordem estabelecida na ‘Planilha de Aderência Técnica’ que segue abaixo:

6.4.1 - A avaliação da prova de conceito será realizada por servidores da Secretaria da Fazenda, mediante Portaria de Comissão Especial, onde assinalarão os requisitos da Planilha de Aderência (Anexo VII) com “S” para atendidos ou “N” para não atendidos, devendo haver o atendimento imediato de no mínimo 90% das funcionalidades mínimas descritas, sob pena de desclassificação, assim podendo o pregoeiro examinar a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a Prova de Conceito da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Município.

6.4.2 - Durante a Prova de Conceito, os servidores designados não se manifestarão em relação ao atendimento ou não dos requisitos exigidos, entretanto poderão solicitar esclarecimentos no momento da realização da prova, além de poderem solicitar que sejam executadas consultas na base de dados da empresa licitante, no intuito de comprovar o correto funcionamento dos requisitos funcionais.

6.4.3 - Durante a realização da prova, não será permitido o uso de apresentações em slides ou vídeos, devendo as demonstrações serem exclusivamente por meio do sistema on-line.

6.4.4 - As demonstrações serão realizadas nas dependências do Município, o qual disponibilizará sala apropriada, com ligação de energia, data show ou tela/monitor compatível com a apresentação, devendo a licitante providenciar os demais equipamentos necessários, tais como computador, internet e outros recursos que entenderem cabíveis e necessários para a realização das demonstrações. Nenhuma falta será tolerada por alegação de desconhecimento ou despreparo por qualquer dos licitantes.

6.4.4.1 - Ao longo das demonstrações, os equipamentos deverão ser operados por técnicos da empresa licitante, os quais deverão se apresentar na data e horários definidos.

6.5 - Caso a licitante classificada para a prova não comprove o cumprimento mínimo dos requisitos, a Comissão o inabilitará.

6.5.1 - As apresentações dos licitantes serão integralmente documentadas utilizando-se os métodos e recursos que se fizerem necessários. Os arquivos gerados serão juntados ao processo e visam dar completa transparência e lisura ao mesmo, em relação a todos os atos praticados, demonstrando aos interessados, bem como, aos órgãos de fiscalização e controle a correção dos gestores e demais envolvidos no julgamento deste processo.

**07 - DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO**

7.1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados e entrega dos envelopes nº 01 e nº 02.

7.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

7.3 - Em atendimento ao disposto no inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520, o representante legal credenciado apresentará nos moldes do Anexo V deste Edital, fora dos envelopes, declaração que sua representada cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no Edital, sob pena de não-aceitação de sua proposta pelo pregoeiro.

7.4 - Serão abertos, pelo Pregoeiro, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.5 - O Pregoeiro procederá à classificação da proposta de menor preço global e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais.

7.6 - Caso não haja pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.5, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

7.7 - No curso da Sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior valor, até a proclamação da vencedora.

7.8 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem dos lances.

7.9 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista.

7.9.1 - Dada a palavra à licitante, esta disporá de 30 (trinta) segundos para apresentar nova proposta.

7.10 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.11 - O pregoeiro poderá, a seu critério no decorrer da etapa competitiva de lances estabelecer intervalo mínimo de redução.

7.12 - O desinteresse ou desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente da etapa de lances verbais, sendo que no caso de desinteresse valerá o julgamento do valor da proposta escrita e no caso de desistência valerá o último lance ofertado.

7.13 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.14 - Dos lances ofertados não caberá retratação, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no presente edital.

7.15 - Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.16 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.17 - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços unitários propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com preço de mercado e ofertar o menor preço global.

7.18 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, que desatenderem as exigências do item 8.4, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

7.19 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

7.20 - Após a etapa anterior, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de “HABILITAÇÃO” do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.

7.21 - Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

7.22 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o proponente será declarado vencedor.

7.23 - Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá o Pregoeiro negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.24 - Qualquer proponente, desde que presente e devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias a contar da abertura do envelope proposta, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

7.24.1 - Os recursos deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo, mediante protocolo na Prefeitura Municipal, vedado qualquer outra forma de encaminhamento.

7.24.2 - O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo. O deferimento do pedido de recurso importará a validação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.25 - Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, o Pregoeiro remeterá o processo ao Prefeito, para homologação e adjudicação do objeto.

7.26 - A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na sessão, importará na decadência do direito e na continuidade do certame pelo Pregoeiro, atendendo as regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

7.27 - Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos, que será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração.

7.28 - A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município.

7.29 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimidados, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.30 - O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

**08 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

8.1 - Será considerada vencedora a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a proposta, desde que atendidas as especificações constantes no Edital.

8.2 - O objeto deste PREGÃO PRESENCIAL será adjudicado ao proponente cuja proposta seja considerada vencedora.

8.3 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

8.4 - O pregoeiro desclassificará as propostas que:

a) deixarem de cotar um dos itens que integra o objeto descrito no item 1 deste edital;

b) apresentar proposta com valor unitário superior ao estabelecido no item 1 deste edital;

c) apresentar proposta com valor global superior ao valor total estabelecido no item 1 deste edital.

**09 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

9.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.

9.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

9.3 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

9.4 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.5 - A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

**10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

10.2 - A autoridade competente homologará o resultado da licitação, e a seguir será emitida nota de empenho.

10.3 **-** Ao Município fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, mediante decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o Município poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios previstos neste edital e na Lei 8.666/93 e suas alterações.

10.4.A homologação da adjudicação do julgamento desta licitação é de competência do Prefeito Municipal.

**11 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**11.1.** À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

**11.1.1.** Pela recusa injustificadapara a assinatura do contrato ou para o início da prestação dos serviços, nos prazos previstos neste edital, contados da data de convocação feita por escrito pelo Município será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, até 10 (dez) dias consecutivos. Após esse prazo, poderá**,** também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora, a pena prevista no inciso III do artigo 87 da Lei das Licitações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

**11.1.2.** Pelo atraso ou demora injustificados para a prestação dos serviços estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de 1,00% (um por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total da proposta, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, o contrato será rescindido e imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

**11.1.3.** Quando da reincidência em imperfeiçãojá notificada pelo Município referente ao serviço prestado, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento) do valor total da proposta por reincidência, sendo que a licitante vencedora terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

**11.1.4**. Prestação dos serviços em desacordo com o solicitado, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento) do valor total da proposta, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora, a pena prevista no art.87, III, da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

**11.2.** Será facultado à licitante, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas.

**12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

12.1. Os pagamentos serão efetuados diretamente pelo Município para o licitante vencedor, conforme execução dos serviços, estipulados nas ordens de serviços e notas de empenho emitidos, em até 07 dias da entrega da documentação solicitada:

- notas fiscais;

- relatórios da execução dos serviços onde deve constar o local onde o serviço foi prestado, a data, a quantidade de horas e o nome completo e CPF dos funcionários envolvidos na execução;

- CNDs Federal, Estadual, Municipal, FGTS, trabalhista e GFIP.

12.2 Os preços cotados são fixos, podendo ser reajustados apenas após o período de um ano de contrato, com variação pelo IPCA.

**13 - DO RECEBIMENTO:**

**13.1.** Para acompanhamento e fiscalização dos serviços, objeto desta licitação, o Município designa o servidor João Kirch.

**13.1.1.** Serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com o edital deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo à empresa executora o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas no item 11 deste edital.

**14 – DO CONTRATO**

14.1- Após a homologação do objeto, o proponente vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias para assinar o contrato e iniciar os serviços imediatamente após a emissão da ordem de serviço sob pena de decair do direito à contratação, conforme art. 81 da Lei nº 8.666/93.

14.2 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.3 – A Contratada é responsável pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.4 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente a contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

14.5 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei.

14.6 – O contrato a ser firmado terá validade de 12 meses, a contar da sua assinatura, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 meses.

**15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Não poderá participar do presente Pregão Presencial, empresa consorciada sob nenhuma forma.

15.2. A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

15.3. De todas as reuniões de abertura dos envelopes, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelos representantes credenciados presentes.

15.4. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes, não serão admitidos à licitação as participantes retardatárias.

15.5. Não serão admitidas por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer outros documentos.

15.6. Só terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados e o Pregoeiro.

15.7. Dos atos praticados na presente licitação, caberão os recursos previstos Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, os quais, dentro dos prazos previstos na Lei, deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Bom Princípio.

15.8. Não serão aceitas documentação, propostas e impugnações enviadas por qualquer meio eletrônico de transmissão de dados.

15.9. O envelope nº 2 – Documentos de Habilitação, da licitante não retirado no momento da abertura, poderá ser solicitado, no prazo de até 30 (trinta) dias após aquela data. Se houver recurso, até 30 (trinta) dias após seu julgamento. O envelope não retirado no prazo especificado será inutilizado.

15.10. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na reunião de recebimento.

15.11. Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, por tabelião ou por um servidor público do Município de Bom Princípio.

15.12. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Modelo de Credenciamento;

Anexo II - Declaração de que não emprega menor de idade;

Anexo III - Modelo de Formulário para Preenchimento da Proposta;

Anexo IV - Contendo o modelo de Contrato;

Anexo V – Modelo de declaração que cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo VI – Termo de Referência;

Anexo VII – Planilha de Aderência.

14.13. As informações referentes a presente licitação serão prestadas no seguinte endereço: Av. Guilherme Winter, 65 – PREGOEIRO, das 08h as 12h e das 13h as 17h 30min, de segunda a quinta-feira e das 07h as 13h em sextas-feiras, ou pelo fone (51) 3634-8100, e-mail licitacoes@bomprincipio.rs.gov.br.

 Bom Princípio, 28 de março de 2022.

**FÁBIO PERSCH**

Prefeito Municipal

|  |
| --- |
| Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica, a exceção do seu objeto, por se tratar de questão que exige conhecimentos técnicos.Em \_\_\_/\_\_\_/2022.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Departamento Jurídico |

**ANEXO IV**

1. MINUTA DE CONTRATO
2. PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes de um lado o MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 90.873.787/0001-99, com sede à Avenida Guilherme Winter, 65, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fábio Persch, inscrito no CPF n° 98572504087, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, \_\_\_\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, certo e ajustado as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software e assessoramento técnico especializado para gerenciamento do índice de participação dos Municípios na arrecadação de ICMS, conforme Termo de Referência (Anexo VI), que integra o Pregão Presencial Nº 016/2022 e do próprio edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA**: A CONTRATADA obriga-se a fornecer, ao CONTRATANTE, conforme condições estabelecidas no Edital de Licitação Pregão Presencial nº 016/2022, anexos e de acordo com a proposta vencedora da licitação os serviços abaixo discriminados:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Un | Quant. | Descrição | Valor Unitário mensal | Valor anual |
| 1  | Mês | 12 meses | Contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de software para Gerenciamento do Índice de Participação dos Municípios (IPM) na Arrecadação do ICMS, juntamente com suporte técnico, manutenção, implantação e parametrização do sistema e assessoria à distância, bem como controle e cruzamento das informações disponibilizadas pela Receita Estadual, Receita Federal do Brasil e outros convênios que o Município venha firmar com órgãos Estaduais e Federais, que operem em ambiente web, incluindo os serviços de implantação, instalação, configuração, customização, integração, treinamento e manutenção mediante execução das atividades e demais características e especificações técnicas. | R$  | R$  |

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os pagamentos serão efetuados diretamente pelo Município para o licitante vencedor, conforme execução dos serviços, estipulados nas ordens de serviços e notas de empenho emitidos, em até 07 dias da entrega da documentação solicitada:

- notas fiscais;

- relatórios da execução dos serviços onde deve constar o local onde o serviço foi prestado, a data, a quantidade de horas e o nome completo e CPF dos funcionários envolvidos na execução;

- CNDs Federal, Estadual, Municipal, FGTS, trabalhista e GFIP.

**CLÁUSULA QUARTA**: Correm por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas necessárias ao fornecimento os serviços, instalações, responsabilidades técnicas, como transporte, encargos previdenciários, trabalhistas, sociais e fiscais.

**CLÁUSULA QUINTA**: O presente contrato terá validade de 12 meses, a contar da sua assinatura, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 meses. Os preços cotados são fixos, podendo ser reajustados apenas após o período de um ano de contrato, com variação pelo IPCA.

**CLÁUSULA SEXTA**: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

1. 3 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2. 1 - ADMINISTRACAO GERAL
3. 04.129.0003.2239 Administração Tributária
4. 3.3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (381)
5. 3.3.3.90.40.00.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ (382)
6. RECURSO: 1 LIVRE

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato está vinculado ao Pregão Presencial 016/2022 e será regido em todos os seus termos pela Lei 8.666/93 e posteriores alterações, Lei 10.520/2002 a qual terá aplicabilidade também onde este for omisso.

**CLÁUSULA OITAVA:** O Município poderá modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse público respeitado os direitos do CONTRATADO.

**CLÁUSULA NONA**: Constituem direitos e obrigações dos contratantes todos aqueles avençados no presente contrato, em especial os abaixo referidos:

1. I – Dos Direitos
2. Do CONTRATANTE:
3. - receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.
4. Da CONTRATADA:
5. - perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.
6. II – Das Obrigações
7. Do CONTRATANTE:
8. - fiscalizar o recebimento dos serviços licitados;
9. - efetuar os pagamentos nos prazos e condições ajustadas.
10. Da CONTRATADA:

- fornecer os serviços nas quantidades, qualidade e especificações constantes no contrato, no edital e seus anexos;

- prestar os serviços objeto do presente contrato, na forma, nos prazos e condições previstas neste termo e no edital;

- repor/refazer, sem qualquer ônus, os serviços entregues fora das especificações, quantidades e/ou qualidade especificados na proposta vencedora;

- assumir a inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, atendidas as condições previstas no edital;

- manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente termo e na licitação vinculada, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e legislação ambiental.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Pela inexecução total ou parcial do contrato o **CONTRATANTE** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

14.1 - A recusa pelo fornecedor em prestar os serviços adjudicados acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

14.2 - O atraso que exceder ao prazo fixado para a prestação dos serviços, acarretará a multa de 1,00 (hum por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

14.3 - O não-cumprimento de obrigação acessória, sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

14.4 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5 - Na aplicação das penalidades previstas neste contrato e no edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

14.6 - As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

14.7 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14.8 As penalidades cabíveis em caso de descumprimento ou inexecução do contrato, ou obtenção de vantagem indevida pela contratada, são as dos arts. 86, 87, 88 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato. As multas aplicadas na execução do contrato serão descontadas do pagamento, a critério exclusivo do CONTRATANTE e quando for o caso, cobradas judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Poderá ser rescindido o presente contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da CONTRATADA, se esta:

1. I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste contrato;

II - subcontratar, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste contrato a terceiros;

1. III - fusionar, cindir ou incorporar-se a outra empresa;
2. IV - falir, requerer concordata ou for instaurada insolvência civil;
3. V - atrasar injustificadamente a prestação dos serviços.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do CONTRATANTE, mediante termo próprio, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já executados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Administração e Finanças, através do Secretário da Pasta, João Kirch.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas com a execução desta ata, fica eleito o Foro da Comarca de São Sebastião do Caí/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais competente e qualificado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente às testemunhas abaixo firmadas, a tudo presentes.

1. Bom Princípio, \_\_\_\_ de fevereiro de 2022.

|  |  |
| --- | --- |
| FÁBIO PERSCHPrefeito Municipal | Contratado |

**ANEXO VI**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**DOCUMENTO ANEXO AO EDITAL**

**ANEXO VII**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022**

**PLANILHA DE ADERÊNCIA**

|  |  |
| --- | --- |
| DESCRIÇÃO | (S/N) |
| **1. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA (3 ITENS):** |  |
| 1) operar em plataforma web sendo compatível com múltiplos navegadores e sistema operacionais utilizados na Receita Municipal; |  |
| 2) ser multiusuários, multitarefas, integrados, utilizando uma base única; |  |
| 3) permitir a exportação dos dados em formato portátil de documento, planilha eletrônica e texto. |  |
| **2 MÓDULOS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA (48 ITENS)** |  |
| **2.1. GESTÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS:** |  |
| 1) importar as informações que compõe o Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município, das empresas categoria Geral; |  |
| 2) importar as informações do Simples Nacional oriundas da RFB; |  |
| 3) importar as informações da Produção Primária, disponibilizadas pela SEFAZ, na consulta do Anexo 1 e publicação do IPM; |  |
| 4) comparativo do VAF por empresa com base nas informações das GIAs e PGDASD e o valor considerado pela SEFAZ/RS na publicação do IPM provisório. |  |
| **2.1.2. ANÁLISE DAS GUIAS DE INFORMAÇÕES E APURAÇÃO DO ICMS – GIA** |  |
| 1) evidenciar as empresas que estão com inconsistências e consequentemente diminuindo o VAF do Município; |  |
| 2) exibir a variação do VAF das empresas em valor e percentual em relação ao exercício anterior; |  |
| 3) permitir filtrar as empresas por contabilista ou escritório responsável; |  |
| 4) evidenciar os Códigos Fiscais de Operações e Prestações – CFOPs, que estão com erro de preenchimento, com repercussão no VAF; |  |
| 5) exibir a descrição do erro e seu devido embasamento legal, para os CFOPs com inconsistências; |  |
| 6) permitir comparativo entre os dados dos CFOPs do ano em análise e o exercício anterior na mesma tela; |  |
| 7) permitir registro das ações tomadas pelos usuários em relação a cada inconsistência evidenciada pelo sistema; |  |
| 8) gerenciar as correções ou novas inconsistências de forma automática a medida em que tiver disponível um novo arquivo; |  |
| 9) alterar e gerenciar as regras de validações das inconsistências; |  |
| 10) permitir a geração de relatório de inconsistências a ser enviado à empresa para fins de verificações e ajustes necessários. |  |
| 11) permitir a notificação em lote de empresas; |  |
| 12) gerar cálculo de retorno financeiro de cada empresa. |  |
| **2.1.3. SIMPLES NACIONAL:** |  |
| 1) exibir as informações de faturamento das empresas do Simples Nacional; |  |
| 2) exibir as informações socioeconômicas oriundas da DEFIS para análise do saldo operacional das empresas; |  |
| 3) calcular o saldo operacional das empresas; |  |
| 4) detalhar o faturamento dor mês; |  |
| 5) detalhar o faturamento do mês por atividade. |  |
| 6) disponibilizar os valores declarados no PGDAS-D para emissão de relatórios de gerenciamento, comparativos anuais e verificação de inconsistências; |  |
| 7) gerar cálculo de retorno financeiro de cada empresa. |  |
| **2.1.4. PRODUÇÃO PRIMÁRIA:** |  |
| 1) importar as informações das saídas dos produtores, de acordo com a consulta do Anexo 1 da Sefaz/RS e publicação do IPM; |  |
| 2) importar as informações das compras de produtores; |  |
| 3) calcular o VAF de cada produtor; |  |
| 4) detalhar o valor das saídas dos produtores; |  |
| 5) gerar cálculo do retorno financeiro gerado por cada produtor. |  |
| **2.1.5. ANÁLISE DO ANEXO XVI DA GIA:** |  |
| 1) importação do valor das saídas das empresas que declararam operações no Anexo XVI da GIA; |  |
| 2) importar o VAF das empresas com inscrição em outros Município; |  |
| 3) gerar cálculo do retorno financeiro de cada empresa. |  |
| **2.1.6. COMUNICAÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE INDÍCIOS – CVI:** |  |
| 1) permitir gerar CVI de forma automatizada das empresas com saldo operacional negativo; |  |
| 2) permitir salvar as CVIs em ordem numérica; |  |
| 3) permitir alterar, editar, excluir as CVIs geradas; |  |
| **2.1.7. INCENTIVOS:** |  |
| 1) possibilidade de calcular o retorno de cada empresa do Município; |  |
| 2) permitir simular futuros retornos financeiro com base no VAF projetado; |  |
| 3) permitir exportar os cálculos em formato de relatório. |  |
| **2.1.8. RELATÓRIOS:** |  |
| 1) emissão de relatório e gráfico da evolução do VAF e do Índice de Participação do Município dos últimos exercícios; |  |
| 2) emissão de relatório e gráfico comparativo da variação do VAF do Município e de VAF do |  |
| Estado; |  |
| 3) emissão de relatório e gráfico da evolução do VAF de qualquer empresa do Município de forma individual; |  |
| 4) emissão de relatórios de acompanhamento do VAF das empresas e dos produtores rurais do Município, com a posterior realização de cálculos e emissão de relatórios com a projeção de retorno de ICMS ao Município; |  |
| 5) emissão de relatórios com a projeção de retorno de ICMS ao Município por componente do IPM no Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 11.038/97); setor de atividade econômica e empresas de outros municípios que participam do VAF; |  |
| 6) emissão de relatórios com os valores declarados via Anexo XVI (Operações Intermunicipais) das GIAs mensais ICMS, com cálculo do retorno gerado por informação; |  |
| 7) emissão de relatórios com os valores declarados pelas empresas optantes pelo regime do Simples Nacional. |  |
| **2.1.9 - NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA** |  |
| 1) dispor de módulo que possibilite a importação das informações da Nota Fiscal Eletrônica - NFe, conjugadas; |  |
| 2) posterior emissão de relatórios por: CGCTE; CNPJ; Emitente; Destinatário; Data de emissão; Valor dos serviços; Valor do ISS declarado na NFe; |  |
| 3) permitir detalhar as informações por produto, CFOP, código de serviço, quantidade, valor unitário, alíquota do ISS; |  |
| 4) permitir redirecionar para consulta da NFe completa no site da Sefaz/RS. |  |
| **2.1.10 - CARTÕES DE CRÉDITO** |  |
| 1) importações dos arquivos fornecidos pela Fazenda Estadual contendo as informações das administradoras de cartão de crédito e débito que mantenham operação no Município; |  |
| 2) emissão de relatórios por contribuinte de forma analítica por: administradora; total por mês à débito e a crédito e detalhamento por dia; |  |
| 3) cruzamento do faturamento declarado pelas empresas com as informações dos cartões de créditos/débitos; |  |
| 4) destacar como inconsistente as empresas com movimentação no cartão de crédito/débitos maior que o faturamento declarado; |  |